

Plano de Gestão Florestal

Herdade dos Bilharins - Portel

Concelho de Portel

Duração do PGF: 25 Anos

Sociedade Agrícola de Cortiças Flocor, S.A.

Este plano é composto:

- Documento de Avaliação
- Modelo de Exploração
- Anexo

A veracidade da informação incluída no Documento de Avaliação é assegurada por um Termo de Responsabilidade, em anexo a este Plano de Gestão Florestal e que dele faz parte integrante.

Índice

A – Documento de avaliação	4
1– Enquadramento Social e Territorial	5
1.1 – Caracterização do proprietário e da gestão	5
1.1.1 – Proprietário	5
1.1.2 – Entidade responsável pela gestão	5
1.1.3 – Técnico responsável pela elaboração do PGF	5
1.2 – Caracterização Geográfica	6
1.2.1 – Identificação e inserção administrativa da exploração florestal	6
1.2.2 – Localização e acessibilidade da exploração florestal	6
2 – Caracterização Biofísica da Propriedade	6
2.1 – Relevo e Altimetria	6
2.2 – Clima	6
2.3 – Solos	7
2.4 – Flora, Fauna e Habitats	7
2.4.1 – Espécies cinegéticas	7
2.4.2 – Espécies arbóreas e arbustivas	8
2.4.3 – Séries de vegetação	8
2.5 – Pragas, doenças e infestantes	8
2.6 – Incêndios Florestais, Cheias e outros riscos naturais	9
3 – Regimes legais específicos	10
3.1 – Restrições de utilidade pública	10
3.2 – Instrumentos de planeamento florestal	11
3.3 – Instrumentos de gestão territorial	11
3.4 – Outros ónus relevantes para a gestão	11
3.4.1 – Regime cinegético	11
3.4.2 – Contratos de arrendamento	13
3.4.3 – Outros contratos de arrendamento	14
4 – Caracterização dos recursos	14
4.1 – Infraestruturas florestais	14
4.1.1 – Rede viária florestal	14
4.1.2 – Armazéns e outros edifícios associados à gestão	14
4.1.3 – Infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios	14
4.1.4 – Infraestruturas de apoio à gestão cinegética	15
4.1.5 – Infraestruturas de apoio à silvopastorícia	15
4.2 – Caracterização socioeconómica da propriedade	15
4.2.1 – 1ª Função – Produção	15
4.2.2 – 2ª Função – Silvopastorícia, Caça e Pesca nas águas Interiores	17
4.2.3 – 3ª Função – Proteção	18
4.3 – Evolução histórica da gestão	19
B – Modelo de Exploração	20
1 – Adequação ao PROF	21
1.1 - Contribuição para os objetivos gerais do PROF	21
1.2 – Contribuição para os objetivos específicos da SRH do PROF	21
2 – Caracterização e Objetivos da Exploração	22
2.1 – Caracterização dos Recursos	22
2.2 – Compartimentação da propriedade e delimitação das parcelas	22
2.3 – Componente Florestal	23
2.3.1 – Caracterização das Espécies Florestais, Habitats e Povoamentos	23

2.3.2 – Caracterização de Povoamentos	23
2.4 – Componente Silvopastoril	24
2.5 – Componente cinegética, aquícola e apícola	24
3 – Organização da Gestão e zonamento funcional	24
4 – Programas Operacionais	24
4.1 – Programa de gestão da produção lenhosa	24
4.2 – Programa de gestão suberícola	25
4.3 – Programa de apoio à gestão cinegética	25
4.4 – Programa de Infraestruturas	25
4.5 – Programa de Operações Silvícolas Mínimas	26
C – Calendário de Operações	27
Parcela 1	28
Parcela 2	29
D – Anexos	30
Anexo 1 – Termo de responsabilidade	
Anexo 2 – Planta de Localização	
Anexo 3 – Planta de Condicionantes	
Anexo 4 – Planta de Ocupação do Solo	
Anexo 5 – Planta de Ordenamento	
Anexo 6 – Planta de Infraestruturas	
Anexo 7 – Planta de Enquadramento PROF	
Anexo 8 – Descrição de Operações Passíveis de Execução	
Anexo 9 – Planta de Projetos Antigos	
Anexo 10 – Historial de Aproveitamento e Gestão da Zona de Caça Turística (2007-2009)	
Anexo 11 – Planta de Infraestruturas de DFCI	
Anexo 12 – Planta de Historial de Incêndios	
Anexo 13 – Planta de Risco de Incêndio	
Anexo 14 – Planta de Perigosidade de Incêndio Florestal	
Anexo 15 – POG de Sustentação das Podas em Povoamentos de Sobreiro	
Anexo 16 – Planta de Ações a Executar (1º quinquénio)	
Índice de Quadros	
Quadro 1 – Identificação matricial	6
Quadro 2 – Risco espacial de Incêndio	9
Quadro 3 – Restrições de Utilidade Pública	10
Quadro 4 – Projetos antigos	15
Quadro 5 – Contribuição do PGF para as metas da SRH	25
Quadro 6 – Ocupação do Solo	24
Quadro 7 – Caracterização florestal das parcelas/função	25
Quadro 8 – Caracterização dos espaços florestais	25
Quadro 9 – Função da parcela florestal	24
Quadro 10 – Modelo de silvicultura - Eucalipto	24
Quadro 11 – Plano de exploração - Eucalipto	24
Quadro 12 – Plano de Intervenções - Eucalipto	24
Quadro 13 – Programa de gestão suberícola	25
Quadro 14 – Programa de gestão cinegética	25
Quadro 15 – Programa de intervenção em infraestruturas	25
Quadro 16 – Programa de Operações Silvícolas Mínimas	26

A – Documento de Avaliação

1 – Enquadramento Social e Territorial

1.1 – Caracterização do proprietário e da gestão

1.1.1 – Proprietário

Sociedade Agrícola de Cortiças Flocor, S.A.
Rua da Corticeira n.º 34, Apartado 47
4536-902 Mozelos VFR
Telefone: 227 475 800
Email: candido.sousa@apamorim.com

1.1.2 – Entidade responsável pela gestão

Sociedade Agrícola de Tabeliães, Lda.
Rua da Corticeira n.º 34, Apartado 47
4536-902 Mozelos VFR
Telefone: 227 475 800
Email: candido.sousa@apamorim.com

1.1.3 – Técnico responsável pela elaboração do PGF

Bernardo José Mendes Espinho
Floponor, S.A.
Rio de Mel;
6420 – 552 Trancoso;
Contactos: 271 813 324/ 961 567 971
Email: geral@floponor.pt

1.2 – Caracterização geográfica

1.2.1 – Identificação e inserção administrativa da exploração florestal

A exploração florestal a que respeita o plano designa-se de Herdade dos Bilharins - Portel. Situa-se na Freguesia de Vera Cruz, concelho de Portel, distrito de Évora.

Nome do Prédio	N.º de matriz	Área (ha)	Distrito	Concelho	Freguesia
Herdade dos Bilharins - Portel	1-A	282,69	Évora	Portel	Vera Cruz

Quadro 1 – Identificação matricial

1.2.2 – Localização e acessibilidade da exploração florestal

A Herdade dos Bilharins-Portel encontra-se enquadrada administrativamente na freguesia de Vera Cruz, concelho de Portel, sendo que parte do seu limite serve de fronteira entre os concelhos de Portel e Vidigueira.

A nível espacial, enquadra-se entre as seguintes coordenadas limítrofes das folhas das cartas militares (nº 489/ 490):

Coordenada Limítrofe Norte: 143214.824344 m

Coordenada Limítrofe Sul: 141341.010771 m

Coordenada Limítrofe Este: 234369.331366 m

Coordenada Limítrofe Oeste: 231634.491448 m

Para chegar a esta herdade podem ser definidos dois percursos, um através do IP2 que liga Évora a Beja, tendo no entanto que sair no cruzamento para a Santana/Mendro, seguir a direção do Mendro até ao Monte de Bilharins, outro caminho é tomar a direção da Vera Cruz (Portel), chegando à localidade apanhar a EM 502 em direção à Vidigueira e virar na primeira saída à direita logo a seguir ao Km 14, atravessa-se o Vale do Panasquinho, entrando em seguida nos Bilharins.

2 – Caracterização Biofísica da Propriedade

2.1 – Relevo e Altimetria

O relevo da região é predominantemente plano ou aplanado.

A Unidade de Gestão está implantada entre as cotas 350 m -370 m, numa zona com declives suaves a moderados, nunca ultrapassando os 5%.

Devido ao reticulado formado pelas linhas de água não existe uma exposição dominante.

2.2 – Clima

Segundo a classificação de Köppen esta região caracteriza-se por ter um clima temperado (mesotérmico) com o Inverno chuvoso e Verão seco. Por outro lado, e de acordo com a classificação de Thornthwaite, o clima, nesta região é Mesotérmico sub-húmido seco, com índice hídrico entre 0 e -20.

No que se refere à precipitação e de acordo com os registos mensais dos postos higrométricos da região verifica-se uma grande irregularidade na distribuição da precipitação ao longo do ano, ocorrendo uma concentração de chuva entre o mês de Outubro e Março. Abril a Junho, são meses de transição enquanto os restantes meses são secos.

A temperatura média anual ronda os 16 °C em todas as estações meteorológicas da região em análise.

A concentração da chuva no período de Inverno e a irregularidade da sua distribuição constitui uma das principais limitações em relação às atividades agrícolas e florestais.

Ao longo do ano a humidade relativa apresenta uma variação importante. Os valores mais baixos da humidade relativa do ar às 9 horas ocorrem nos meses de Julho e Agosto, enquanto os valores mais elevados verificam-se de Novembro a Março.

Segundo o Atlas do Ambiente, a Herdade de Bilharins Portel, apresenta uma temperatura média anual que varia entre os 16,0 - 17,5 °C, a precipitação média anual oscila entre 600-700 mm ocorrendo 50-75 dias de precipitação anualmente. A humidade relativa do ar varia entre 75-80 %.

2.3 – Solos

A Unidade de Gestão dos Bilharins-Portel insere-se numa zona onde a composição litológica se caracteriza pelas formações sedimentares e metamórficas.

Implanta-se numa área onde predominam solos do tipo Luvisólos férricos. Relativamente ao pH do solo, estes apresentam características predominantemente ácido (5,6 - 6,5).

2.4 – Fauna, Flora e habitats

2.4.1 – Espécies cinegéticas

Caça menor

I - Mamíferos

Lebre - *Lepus capensis*; Coelho - *Oryctolagus cuniculus*; Raposa - *Vulpes vulpes*; Sacarabos - *Herpestes ichneumon*;

II - Aves

a) Aves sedentárias

Perdiz-vermelha - *Alectoris rufa*; Faisão – *Phasianus colchicus*

b) Aves migradoras ou parcialmente migradoras

Pato-real - *Anas platyrhynchos*; Tarambola-dourada - *Pluvialis apricaria*; Abibe - *Vanelius vaneitus*; Galinhola - *Scolopax rusticola*; Rola - *Streptopelia turtur*; Codorniz — *Coturnix coturnix*; Pombo-torcaz *Columba palumbus*; Tordo—ruivo - *Turdus iliacus*; Tordo-comum - *Turdus philomelos*; Tordeia – *Turdus visei vorus*;

Caça maior

Javali - *Sus scrofa*;

2.4.2 – Espécies arbóreas e arbustivas

A principal composição florística consiste em:

Estrato Arbóreo:

Sobreiro (*Quercus suber*)

Estrato Arbustivo:

Esteva (*Cistus ladanifer*)

2.4.3 – Séries de vegetação

A área deste PGF encontra-se de acordo com a carta biogeográfica de Portugal na região Mediterrânica/ Sub-região Mediterrânica-Occidental/ Superprovíncia Mediterrânica Ibero-Atlântica/ Província Luso-Extremadorense / Sector Mariânico-Monchiquense / Subsector Baixo Alentejano- Monchiquense/ Superdistrito Baixo- Alentejano. O esteval-urzal *Erico australis-Cistetum populifolii*, o urzal freatófito *Cisto psilosepali-Ericetum lusitanicae*, e o esteval *Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi* são associações que se distribuem por todo o Subsector. É um território plano com um ombroclima sub-húmido a seco e situa-se maioritariamente no andar termomediterrânico podendo atingir, em alguns locais, o andar mesomediterrânico. Caracterizam esta unidade os montados que resultam do *Pyro bourgaeanae- Quercetum rotundifoliae* e o esteval *Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi*. Contudo, em alguns locais reconhecem-se o azinhal termófilo *Myrto-Quercetum rotundifoliae*, os matagais espinhosos *Asparago albi-Rhamnetum oleoidis* e zambujal-lentíscal *Oleo-Pistacietum lentisci sensu auct.*, o esteval *Phlomidio purpureo-Cistetum albidi* e o escoval *Genístetum polyanthi*. Os montados de sobreiro (*Myrto-Quercetum suberis* e *Sanguisorbo-Quercetum subcris*) ocorrem esporadicamente em algumas situações climaticamente mais favoráveis. Os prados (malhadas) do *Poo bulbosae- Trifolietum subterranei* e do *Poo bulbosae-Astragaletum sesamei* também ocorrem esporadicamente.

2.5 – Pragas, doenças e infestantes

Após visita de diagnóstico da condição sanitária à propriedade em apreço constatou-se a fragilidade que caracteriza estes povoamentos florestais. De entre os agentes bióticos identificados destacam-se no âmbito das pragas o plátipo (*Platypus cylindrus*), a limantria (*Portetria dispar*), a cobrilha da cortiça (*Coroebus undatus*) e a cobrilha dos ramos (*Coroebus florentinus*). No grupo das doenças assumem maior relevância o carvão do entrecasco (*Hypoxylon mediterraneum*) e a fitoftora (*Phytophthora* sp).

2.6 – Incêndios Florestais, cheias e outros riscos naturais

Os incêndios florestais têm sido fenómeno recorrente nos últimos tempos. Segundo a cartografia nacional de áreas ardidas dos anos 1990 a 2013 (Anexo 12), disponibilizada pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), durante este período não foi registada qualquer ocorrência incêndio florestal.

De acordo com a Carta de Risco de Incêndio Florestal (Anexo 13), a área do PGF apresenta o seguinte risco espacial de incêndio:

Classe	Risco Espacial de Incêndio (%)
I	0,00
II	0,04
III	89,30
IV	10,31
V	0,00

Quadro 2 – Risco espacial de incêndio

Assim, e pelos valores registados para as classes IV e V, podemos considerar que aproximadamente 10,31% da área total da herdade apresenta um risco de incêndio florestal elevado.

No anexo 14 está representada a Perigosidade de Incêndio Florestal para a área do PGF, indicando uma predominância de perigosidade baixa.

Relativamente a outros riscos naturais, não se verifica qualquer indício que conduza a ocorrências desse tipo.

3 – Regimes legais específicos**3.1 – Restrições de utilidade pública**

Condicionantes	Sim	Não	Superfície (ha e %)	Descrição das condicionantes
REN	X		135,79 ha (48,03 %)	Os condicionalismos da REN estão presentes em 100% da área submetida ao Plano de Gestão Florestal. Desta forma, os gestores da área em causa terão o cuidado de: a) Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas; b) Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens; c) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza.
Sítios arqueológicos		X		Relativamente a condicionantes resultantes da existência de sítios classificados (IPPAR) não foi possível obter a informação necessária e suficiente para identificar de uma forma inequívoca os locais. Os contactos efetuados revelaram-se infrutíferos já que nem a Direção Regional de Évora nem os Serviços Centrais puderam fornecer a informação solicitada (identificação dos sítios classificados e fornecimento da respetiva localização). A informação transmitida foi a de que a listagem e devidas informação anexas estavam em tratamento final, no entanto ainda não podiam ser disponibilizadas ao público em geral. Sendo assim convirá deixar desde já identificada a intenção inequívoca de salvaguarda dos sítios arqueológicos classificados ou a classificar.
Marco Geodésico	X			Presença de um marco geodésico à cota 366.
Outros	X		200,86 ha 71,05 %	Corredor Ecológico (CE) - Da atuação preconizada para as áreas sobre as quais incide o CE deverão sempre ser tidas em conta as suas condicionantes, desde que salvaguardada a questão regional da DFCI, questão que assume carácter prioritário (nº4 do Artº 10 do Dec. Reg. 36/2007 de 2 de Abril).

Quadro 3 – Restrições de utilidade pública (Anexo 3)

3.2 – Instrumentos de planeamento florestal

A exploração engloba-se geograficamente no PROF do Alentejo Central, sub-região homogénea Serra de Ossa e Portel (Anexo 7).

De acordo as diretrizes presentes no P.R.O.F. do Alentejo Central, pretende-se com a elaboração deste P.G.F. tirar partido de alguns dos pontos fortes estabelecidos para esta região, nomeadamente:

- Elevado potencial para expansão da atividade cinegética;
- Elevado potencial para a produção de produtos lenhoso;
- Presença de áreas com potencialidades para a produção de produtos não lenhosos;

O Plano Diretor Municipal de Portel, é outros dos instrumentos que serviu de apoio no planeamento florestal deste PGF.

3.3 – Instrumentos de gestão territorial

Ao nível da gestão territorial a área insere-se no Plano Diretor Municipal de Portel, no qual são definidas as metas a alcançar pelo município nos domínios do desenvolvimento económico e social nas suas relações com o ordenamento do território.

3.4 – Outro ónus relevantes para a gestão

3.4.1 – Regime cinegético

A - Aproveitamento cinegético

A Herdade de Bilharins - Portel encontra-se atualmente integrada na Zona de Caça Turística do Panasquinho e outras (processo nº 1453-DGF), que está a ser objeto de solicitação de renovação da concessão. No cômputo geral a entidade gestora tem efetuado repovoamentos com perdizes, lebre e coelhos. A exploração da caça maior tem sido objeto de prévio repovoamento. Das largadas de faisões tem sido constituído o núcleo reprodutor. A evolução preconizada para a ocupação de solo tem sido implementada, tendo sido um dos pressupostos de integração de ações neste plano. A manutenção de campos de alimentação e a existência e promoção de pontos de água, pequenas charcas, são parte integrante das ações de manutenção do habitat na presente ZCT.

Todas as ações de instalação e condução dos povoamentos deverão contribuir para introduzir uma melhoria ao nível dos habitats existentes e, se possível recriar outros sempre que se justifique, permitindo a formação de pequenas descontinuidades nos níveis arbóreos e arbustivo, criando um mosaico, em que os matos altos contrastam com zonas sem mato, e com os montados de sobro e azinho, criando zonas de abrigo e refúgio. Estas zonas alternam com os locais de alimentação.

Deste modo, todas as ações executadas devem considerar o Plano de Ordenamento cinegético da área em causa, devendo ser fomentada, nomeadamente: A manutenção dos povoamentos

de folhosas autóctones (*Quercus ilex*, e *Quercus suber*), além do potencial produtivo que sustentam, é essencial do ponto de vista cinegético, uma vez que em geral têm mais interesse do que outras espécies na supressão das necessidades alimentares de várias espécies, nomeadamente os veados e javalis; A instalação de pequenas pastagens de gramíneas e leguminosas, poderá constituir uma boa forma de suprir as necessidades alimentares de algumas das espécies mais exigentes como as perdizes, espécie que deverá ser reforçada anualmente no próximo quinquénio. A prática de desmatações, (roço de matos em faixas) em zonas com material muito envelhecido, lenhificado e de baixo valor alimentar, de forma a provocar o rebentamento de plantas novas, preferidas pelas espécies cinegéticas, uma vez que são mais nutritivas e palatáveis.

Identificação e caracterização da Zona de Caça Turística do Panasquinho e anexas – Processo nº 1453-DGF

A exploração agro-silvopastoril não colide com o normal desenvolvimento das espécies cinegéticas, daí que a gestão cinegética possa ser um aliado precioso para a sustentabilidade de uma gestão ativa.

Espécies Cinegéticas Ocorrentes

De acordo com o anexo a que se refere o nº1 do artigo 21º do Decreto-Lei 136/96, de 14 de Agosto, apresentam-se seguidamente algumas das espécies cinegéticas ocorrentes na área em estudo, todas elas comuns ou abundantes, as quais serão identificadas A:

Caça menor

I - Mamíferos

Lebre - *Lepus capensis*; Coelho - *Oryctolagus cuniculus*; Raposa - *Vulpes vulpes* (A);
Saca-rabos - *Herpestes ichneumon*;

II - Aves

a) Aves sedentárias

Perdiz-vermelha - *Alectoris rufa* (A) ; Gaio - *Garrulus glandarius*

b) Aves migradoras ou parcialmente migradoras

Pato-real - *Anas platyrhynchos*; Tarambola-dourada - *Pluvialis apricaria*; Abibe - *Vanelius vanellus*; Galinhola - *Scolopax rusticola*; Rola - *Streptopelia turtur*; Codorniz — *Coturnix coturnix*; Pombo-torcaz *Columba palumbus*; Tordo—ruivo - *Turdus iliacus*;
Tordo-comum - *Turdus philomelos* (A); Tordeia - *Turdus viscivorus*; Caça maior

Caça Maior

Javali - *Sus scrofa*;

Controle de predadores

A satisfatória evolução das populações cinegéticas não é viável sem se recorrer a práticas de controle de predadores, incluindo a erradicação de todos os cães e gatos vadios, de acordo com o legislado. Ao abrigo do artigo 95º do Decreto-Lei nº 136/96, a entidade concessionária poderá requerer à Direcção-Geral das Florestas a execução ou permissão para execução do seguinte tipo de controlo de predadores;

- a) Controle de raposas, com armadilhas de caixa ou a tiro. pelo processo de espera;
- b) Controle de saca-rabos, com armadilhas de caixa ou a tiro, pelo processo de espera;
- c) Controle de gralhas-pretas e gaios, com armadilhas seletivas ou a tiro, de salto e á espera.

Para além destas ações de controlo, poderá igualmente ser requerida à Direção Geral das Florestas a execução ou a permissão de execução de outras ações de correção de densidade de populações de outras espécies cinegéticas

A não autorização da realização das ações de correção atrás referidas desvincula a entidade concessionária da obrigação de indemnização por danos causados nos próprios terrenos e em terrenos vizinhos pelas populações que se pretendiam controlar.

B - Ações de apoio á gestão na ZCT

Em resumo poderemos identificar uma série de ações a realizar, tendo como objetivo a gestão da zona de caça turística, numa perspetiva de sustentabilidade. Tais intervenções, que identificamos como ações de apoio á gestão na ZCT, serão as seguintes:

- Podas de formação e podas de rejuvenescimento para incrementar a produção de lande e bolota.
- Censos da fauna;
- Ações de repovoamento;
- Marcação de árvores mortas;
- Execução de searas (triticale, trigo ou cevada) consociadas com leguminosas;
- Como complemento das searas poderão ser efetuadas culturas para caça em pequenas manchas ou faixas;
- Controlo de surtos de mixomatose no coelho;
- Constituição de luras artificiais para coelho;

As ações serão desenvolvidas de três em três anos e sempre que necessário anualmente. A monitorização apoiará a tomada de decisão da época e altura da necessidade de intervenção.

C - Aproveitamento Apícola

A flora apícola existente nos estratos arbóreo e arbustivo da Unidade de Gestão, caracterizada por uma grande diversidade florística, proporciona às abelhas flores durante todo o ano, pelo que se podem equacionar no futuro ações no âmbito de um maior aproveitamento deste recurso.

D - Aproveitamento de Matos

Apesar de os matos se caracterizarem por ter grande volume por tonelada, o que implica ter de recolher e transportar grandes volumes, para um ganho energético relativamente modesto deve ser encarada a possibilidade de no futuro ser possível obter rendimentos substanciais derivados da exploração de matos para a produção de energia.

3.4.2 – Contratos de arrendamento

A Sociedade Agrícola de Cortiças FLOCOR, S.A., proprietária da Herdade dos Bilharins-Portel dá esta de arrendamento à Sociedade Agrícola de Tabelaões, Lda., por um período de 25 anos., com início a 01-05-2010 e término a 01-05-2035.

3.4.3 – Outros contratos de arrendamento

Programa de Apoio	N.º Projeto	Data Inicio	Data Fim
AGRO 02	02.61.002114.5	22-09-2003	16-03-206
PRODER-Medida 1.3.1	020000018807	21-06-2010	17-12-2011

Quadro 4 – Projetos antigos (Anexo 9)

4 – Caracterização dos recursos

4.1 – Infraestruturas florestais

4.1.1 – Rede viária florestal (Anexo 6)

A rede viária florestal da Herdade dos Bilharins - Portel é composta por caminhos florestais, servindo este para dar passagem, a praticamente todo o tipo veículos e para compartimentação florestal, distribuída uniformemente por toda a Unidade de Gestão.

A rede viária florestal existente tem 9,96 km de extensão.

A rede viária florestal encontra-se em bom estado de conservação e transitabilidade.

Sempre que necessários estes caminhos são intervencionados para melhorar a circulação das viaturas pelo local.

4.1.2 – Armazéns e outros edifícios associados à gestão

Na herdade, apesar de inativo e degradado, existe uma infraestrutura onde anteriormente funcionava uma vacaria, armazém e zona habitacional.

4.1.3 – Infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)

Faixas de Gestão de Combustíveis

No que respeitas às medidas de DFCI, no anexo 11 estão identificadas as medidas planeadas ao nível da:

Rede secundária

A rede secundária abrange uma área total de intervenção de 9,15 ha, sendo formada por:

- Área social, Pontos de água e Marco geodésico - intervenção numa faixa lateral, com 50 m de largura em seu redor.

Rede Terciária

A rede terciária totaliza uma área de intervenção de 18,22 ha, na qual se enquadra a rede viária florestal, com intervenção numa faixa lateral, com a largura de 10 m para cada lado.

Pontos de água

Na exploração existem 4 pontos de água (charcas), em bom estado de conservação que podem servir para o abastecimento dos meios terrestres e aéreos de combate aos incêndios florestais.

Rede de vigilância e deteção de incêndios

A área do PGF, não se encontra abrangida por quaisquer meios de deteção de incêndios.

É de referir, que não foi possível fazer o enquadramento da Herdade dos Bilharins - Portel com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Portel, pois de acordo com informação deste Município o referido plano não se encontra aprovado.

4.1.4 – Infraestruturas de apoio à gestão cinegética

Uma vez que a unidade de gestão em causa se encontra inserida numa Zona de Caça Turística (Nº 1453), encontram-se distribuídos pela área alguns comedouros que servem essencialmente para a alimentação dos núcleos de perdiz que aí habitam.

Todas as ações de instalação e condução dos povoamentos deverão contribuir para introduzir uma melhoria ao nível dos habitats existentes e, se possível recriar outros sempre que se justifique, permitindo a formação de pequenas discontinuidades nos níveis arbóreo e arbustivo, criando um mosaico, em que os matos altos contrastam com zonas sem mato, e com os montados de sobro e azinho, criando zonas de abrigo e refúgio que alternam com os locais de alimentação.

4.2 – Caracterização socioeconómica da propriedade

Para a Herdade de Bilharins - Portel, devido à importância da % de área ocupada com povoamentos de sobreiro puro, foi definida como 1.ª Função a Produção.

Da mesma forma, pela importância económica da atividade cinegética e, com menor expressão, da atividade silvopastoril, foi definida como 2.ª Função a Silvopastorícia e a Caça.

Apesar da área em causa não estar situada em área com estatuto de conservação especial a elevada importância ecológica dos montados de sobro e azinho determinou que fosse estabelecida a Proteção como 3.ª Função dominante para este espaço.

4.2.1 – Função Produção

Visto esta ser a primeira função definida para esta unidade de gestão e se tratar de uma área de montado a principal sub-função é a Produção de Cortiça. Assim foram co estabelecidos como objetivos da gestão e intervenções florestais principais a condução do montado e a manutenção da sanidade vegetal.

Condução do montado:

Normas de intervenção ativa

- O descortiçamento deve ser executado por operadores especializados, de forma a evitar feridas nos sobreiros que prejudiquem tanto a sanidade da árvore como as extrações futuras;
- O descortiçamento deve efetuar-se durante o período de atividade do câmbio suberofelodérmico da árvore, geralmente entre Maio e Julho, podendo encurtar-se ou prolongar-se conforme as condições climáticas do ano, a latitude, a exposição, a maior ou menor humidade do solo e outros fatores ecológicos com reflexos na atividade fisiológica das árvores;
- A poda dos sobreiros deve ser encarada e planeada como uma operação cultural realizada na perspetiva da sobrevivência das árvores e do seu rendimento em cortiça, não na perspetiva de obtenção de outros rendimentos do montado, secundários em termos económicos. A operação pode ser delineada de acordo com três funções distintas: 1) poda de formação; 2) podas de conformação; 3) poda de rejuvenescimento.

Restrições

- De acordo com a legislação em vigor, a extração da cortiça deve ser realizada a pau batido, estando a extração a meças proibida a partir de 2030;
- A atividade extrativa deve ser imediatamente suspensa – na árvore ou em todo o povoamento, em função da análise de cada situação concreta – sempre que, ao fazer-se a extração, se detete a presença de câmbio súbero-felodérmico aderente à prancha de cortiça. A retoma da extração pode efetuar-se apenas quando se puder garantir uma boa separação entre a prancha extraída e aquele câmbio;
- Em condições de previsão climática apontando para eventos extremos de precipitação ou de seca, deve ser sempre ponderado o adiamento das operações de descortiçamento, a fim de garantir que não sejam causados danos irreversíveis no câmbio;
- Nos montados de sobro e azinho só são permitidas as mobilizações do solo que não afetem as raízes das árvores ou a regeneração natural;
- São imperativamente de evitar as decapitações de árvores, o corte de ramos de grande diâmetro e o esgaçamento de cortes, devendo todas as operações de poda ser executadas com cortes lisos e inclinados, perto da zona de inserção do ramo podado, mas respeitando a coroa de tecidos responsáveis pela cicatrização dos cortes;
- Não utilizar grades pesadas nas gradagens de modo a não afetar as raízes nem a regeneração natural.

Manutenção da Sanidade Vegetal

Sempre que se proceda a regeneração artificial e seja previsível a possibilidade de ocorrência de herbívora, é recomendável proteger a regeneração nos primeiros tempos de vida, dado a tendência atual para se utilizarem na regeneração densidades mais baixas do que no passado, bem como sementes e plantas selecionadas, mais dispendiosas.

Nas situações em que, por haver sobreposição de espaços florestais com os sujeitos a ordenamento cinegético, sejam de recear danos nas árvores provocados pelas espécies

cinéticas, recomenda-se que seja ponderado o controlo dos efetivos populacionais das espécies cinéticas.

Em alternativa ou complemento à norma de intervenção ativa acima mencionada, no caso de se pretender proteger arborizações, áreas de regeneração natural ou determinadas espécies, recomenda-se o recurso aos métodos de proteção abaixo mencionados:

- A) Métodos de proteção natural;
- B) Métodos de proteção individual das plantas;
- C) Métodos de proteção total das parcelas.

Além das normas gerais, são ainda de evidenciar no caso dos montados as seguintes medidas preventivas:

- Não efetuar mobilizações do solo que não sejam estritamente necessárias;
- No caso de serem indispensáveis desmatamentos, privilegiar para a sua execução o recurso a roçadoras, ponderando sempre a possibilidade de proceder apenas a eliminações seletivas da vegetação sob coberto;
- Só recorrer a gradagens quando o declive é reduzido;
- Desinfetar com produtos adequados os equipamentos e materiais usados em povoamentos em mau estado sanitário.

4.2.2 – Função Silvopastorícia e Caça

A caça, como todas as atividades lúdicas e que, para além disso, se oferecem como recurso turístico, tem uma procura crescente. A proteção das espécies, o ordenamento das áreas de caça e a formulação de regras que estabeleçam um regime de condicionamento da caça são medidas indispensáveis para harmonizar comportamentos e conciliar os direitos dos empresários, as pretensões dos caçadores e o interesse público. Sendo esta a 2ª função dominante na unidade de gestão foi definido como sub-função o suporte à caça e conservação das espécies cinéticas.

Objetivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de suporte da caça:

a) Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de proteção

Para as espécies de caça menor o ideal são os espaços abertos com pastagens e culturas agrícolas tradicionais, ponteados com pequenos bosquetes e manchas de matos. Para as espécies de caça maior deve haver um aumento significativo de áreas mais fechadas, tanto de estrato arbustivo como arbóreo. As espécies florestais a fomentar e/ou explorar devem ser escolhidas de acordo com a sua capacidade de fornecer alimento e proteção, bem como com a sua capacidade de recuperação face aos danos provocados. Deve procurar-se uma proporção harmoniosa entre folhosas e resinosas em povoamentos mistos. As primeiras oferecem alimento para os grandes mamíferos, sob a forma de folhas, gomos e frutos (os ramos de folhosas são geralmente mais ricos em nutrientes e são mais apreciados pelos animais do que os de coníferas). Nas orlas das florestas com outros usos do solo, as condições de transição entre biótopos propiciam uma maior diversidade florística e faunística. A água é um elemento

determinante da manutenção da fauna em meio florestal. Em regiões de fraca pluviosidade e de período estival alargado, nomeadamente em clima mediterrânico, ou de solo arenoso onde os pontos de água são inexistentes ou pouco frequentes, terá de se proceder à instalação de charcas artificiais. A localização, distribuição e distanciamento dos pontos de água são fatores a ter em consideração e devem ser colocados com base no comportamento das espécies animais (ex: capacidade de deslocação), nas suas necessidades, nas densidades pretendidas e na totalidade de área a beneficiar.

b) Fornecimento de alimento

Se nos povoamentos florestais o alimento for uma condicionante à presença de espécies cinegéticas, o fornecimento de alimento deverá ser uma medida de gestão a considerar através da criação de postos de abastecimento (comedouros). Estes devem ser colocados preferencialmente num local calmo, com solo bem drenado e facilmente acessível para um aprovisionamento posterior.

c) Manutenção da sanidade animal

A manutenção da sanidade pode ser preconizada através da implementação de algumas medidas:

- Controlar o estado higiénico das explorações e suas envolventes;
- Controlar os cães e gatos assilvestrados;
- Restringir e controlar os locais de passagem de gado;
- Remover o lixo dos cursos de água e suas margens;
- Sempre que seja detetado um surto de doença, deve ser interdita a caça a essa espécie e só vir a ser autorizada após recuperação, confirmada pelos serviços oficiais, da espécie referenciada;
- Controlar as condições sanitárias das explorações de criação em cativeiro, assim como a pureza genética dos animais a repovoar;
- Proceder a autópsias periódicas de animais mortos nas explorações (pode-se dizer que diariamente morrem animais nestas explorações, sendo importante conhecer as causas de morte).

4.2.3 – Função Proteção

Sendo a função de Proteção a 3ª função da unidade de gestão, foi definida como sub-função principal a Conservação de Habitats classificados. Desta forma foi estabelecido como objetivo da gestão e das intervenções florestais o fomento e manutenção de habitats de grande valor natural.

Os objetivos de gestão devem ter em conta os seguintes pontos:

- Salvaguardar e conduzir ativamente as áreas de maior interesse ecológico, nomeadamente maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico, nomeadamente povoamentos de sobreiro e azinheira e matos de vegetação natural;

- Privilegiar a regeneração natural dos povoamentos florestais e outras formações lenhosas naturais em habitats classificados, designadamente em todas as situações em que seja de admitir que esteja a ocorrer ou possa vir a ocorrer de forma previsível a redução da sua representatividade;
- Conservar e fomentar as espécies florestais autóctones melhor adaptadas;
- Manter/criar um mosaico de compartimentos de diferentes idades, oferecendo melhores condições de habitat para a fauna e flora;
- Manter parcelas com o mínimo de intervenção, limitado ao assentamento de cortes de higiene e sanidade, numa percentagem razoável da propriedade florestal;
- Deve manter-se o máximo de vegetação espontânea compatível com os objetivos do ordenamento.

4.3 – Evolução histórica da gestão

O projeto (AGRO 02) consistiu na beneficiação do povoamento, nomeadamente no controlo dos matos, adensamento de clareiras, podas de formação, adubação, tremocilha e calcário. Ao nível das infraestruturas, efetuou-se a beneficiação dos caminhos e aceiros existentes.

B – Modelo de Exploração

1 – Adequação ao PROF

PROF – Alentejo Central

Sub-Região Homogénea – Serra de Ossa e Portel

1.1 – Contribuição para os objetivos gerais do PROF

De acordo com o enunciado no artigo 5º das Disposições Gerais – Capítulo I, do Decreto Regulamentar nº 36/2007 de 2 de Abril, e atendendo aos vários condicionalismos existentes, o PGF da Herdade dos Bilharins - Portel, através das ações preconizadas, visa contribuir para os objetivos gerais do PROF, do seguinte modo:

- Otimização funcional dos espaços florestais assente no aproveitamento das suas potencialidades, como a atividade cinegética e a exploração de produtos não lenhosos;
- Prevenção de potenciais constrangimentos e problemas;
- Suprimir as vulnerabilidades existentes nos espaços florestais;
- Gerir os espaços florestais de forma a promover a conservação dos habitats, da fauna e flora classificados;

1.2 – Contribuição para os objetivos específicos da SRH do PROF

Nesta sub-região os espaços florestais devem especialmente contribuir para atingir os seguintes objetivos específicos:

- Recuperar os espaços florestais através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo;
- Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente o medronho, o mel, os cogumelos e as ervas aromáticas e medicinais;
- Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados;
- Sensibilizar os proprietários para o correto aproveitamento de matos e resíduos florestais para fins energéticos;
- Desenvolver a atividade silvopastoril;
- Aumentar a atividade associada à caça, enquadrando-a com a atividade silvopastoril e conservação;
- Reduzir a continuidade horizontal de vegetação para minimizar a propagação do fogo;
- Controlar e mitigar os processos associados à desertificação;
- Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;
- Recuperar os espaços florestais que apresentem baixa vitalidade;
- Adequar os espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico.

Contribuição para as metas da SRH	Vigência do PGF	
	Início	Final
% de espaços florestais	81,00	92,00
% de arborização	81,00	92,00
% composição florestal		
Sobreiro	81,00	81,00
Eucalipto	0,00	11,00

Quadro 5 – Contribuição do PGF para as metas da SRH

2 – Caracterização e Objetivos da exploração

2.1 – Caracterização dos Recursos

2.2 – Compartimentação da propriedade e delimitação das parcelas

Na área proposta a P.G.F., e uma vez que a ocupação do solo é pouco diversificada, considerou-se como talhão o limite da área do PGF. Por sua vez, este foi ainda dividido em parcelas, tendo por base a ocupação do solo e as características silvícolas (Anexo 4 e 5):

Ocupação do Solo	Parcelas	Área	
		ha	%
Floresta	1	228,94	80,99
Improdutivo	2	48,07	17,00
Área Social		0,23	0,08
Águas Interiores		1,52	0,54
Rede Viária Florestal		3,93	1,39
	Total	282,94	100,00

Quadro 6 – Ocupação do solo

A Parcela nº 2 são áreas incultas.

2.3 – Componente Florestal

2.3.1 – Caracterização das Espécies Florestais, Habitats e Povoamentos

Talhão	Parcela	Tipo de povoamento	Descrição das espécies	Área (ha)	Função desempenhada
1	1	Puro regular	Sobreiro	228,94	Produção de cortiça

Quadro 7 – Caracterização florestal das parcelas/Função

2.3.2 – Caracterização de Povoamentos

Parcela	Área (ha)	Espécie	Composição	Regime e Estrutura	Modo de Tratamento	Idade	% de coberto	Densidade	Altura dominante (m)	DAP médio (cm)
1	228,94	Puro	Misto	Alto Fuste Regular	Pau Batido	60-70	70	200	7-8	30-40

Quadro 8 – Caracterização dos espaços florestais

2.4 – Componente Silvopastoril

Na exploração não existe atividade silvopastoril.

2.5 – Componente cinegética, aquícola e apícola

Visto que a área do plano estar inserida numa ZCT, as intervenções relacionadas com a atividade cinegética são da responsabilidade da entidade gestora da mesma.

Apesar de não ser explorada a atividade apícola, na herdade podemos encontrar alguma flora melífera como a esteva (*Cistus ladanifer*) e o sargaço (*Cistus salvifolius*).

Nas zonas de incultos com a função de apoio / refúgio das ZC, não são preconizadas ações para além das previstas nos respetivos POC.

3 – Organização da gestão e zonamento funcional

Parcela	Área (ha)	Sub-função/ Objectivos	Tipo de povoamento	Função desempenhada
1	228,94	Produção de Cortiça	Puro regular	Sb4 - Povoamento conduzido para produção de cortiça.

Quadro 9 – Função da parcela florestal

4– Programas Operacionais

4.1 – Programa de gestão da produção lenhosa

Parcela	Modelo de Silvicultura	Modo de Condução
2	EC2	Povoamento puro regular de eucalipto para produção de lenho

Quadro 10 – Modelo silvicultura - Eucalipto

Povoamentos abrangidos	Área (ha)	Ano	Natureza dos cortes	Parcelas
Eucalipto	48,07	2026	Corte da 1ª rotação	2

Quadro 11 – Plano de exploração - Eucalipto

Povoamentos abrangidos	Área (ha)	Ano	Natureza dos cortes	Parcelas
Eucalipto	48,07	2017	Instalação de povoamento	2
		2021	Desramação; Fertilização; Controlo de vegetação espontânea	
		2025	Controlo de vegetação espontânea	
		2029	Controlo de vegetação espontânea; Desramação; Seleção de varas; Fertilização	
		2033	Controlo de vegetação espontânea	

Quadro 12 – Plano de intervenções - Eucalipto

4.2 – Programa de gestão suberícola

Parcelas	Área (ha)	Ano	Natureza da Intervenção	Descrição das Operações	Observações
1	228,94	2010	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
1	228,94	2016	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
1	228,94	2017	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
1	228,94	2020	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
1	228,94	2026	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
1	228,94	2027	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
1	228,94	2029	Extração	Extração em pau batido	Cortiça virgem

Quadro 13 – Programa de gestão suberícola

4.3 – Programa de apoio à gestão cinegética

Parcelas	Área (ha)	Descrição das Operações	Observações
1; 2	277,01	Repovoamentos, censos, controlo de predadores (ver ponto 4.2.4 Documento de avaliação)	Repovoamentos, censos, controlo de predadores (ver ponto 4.2.4 Documento de avaliação)

Quadro 14 – Programa de gestão cinegética

4.4 – Programa de Infraestruturas

Tipo de Intervenção	Ano	Localização (Parcelas)	Observações
Ações de apoio à gestão cinegética	2011	1; 2; 3; 4	As ações de apoio à gestão cinegética são da responsabilidade dos gestores da ZCT.
	2014	1; 2; 3; 4	
	2017	1; 2; 3; 4	
	2020	1; 2; 3; 4	
	2023	1; 2; 3; 4	
	2026	1; 2; 3; 4	
	2029	1; 2; 3; 4	
Beneficiação de infraestruturas	2010	1; 2; 3; 4	Beneficiação de rede viária e pontos de água.
	2014	1; 2; 3; 4	
	2018	1; 2; 3; 4	
	2022	1; 2; 3; 4	
	2026	1; 2; 3; 4	
	2030	1; 2; 3; 4	
	2034	1; 2; 3; 4	

Quadro 15 – Programa de intervenção em infraestruturas

4.5 – Programa de Operações Silvícolas Mínimas

Parcelas	Área (ha)	Ano	Operações	Descrição
1; 2	277,01	2010	Corte de matos	Serão criadas faixas de gestão de combustíveis ao longo da rede secundária e terciária, com intervalos de 3 anos.
1; 2	277,01	2013	Corte de matos	
1; 2	277,01	2016	Corte de matos	
1; 2	277,01	2019	Corte de matos	
1; 2	277,01	2022	Corte de matos	
1; 2	277,01	2025	Corte de matos	
1; 2	277,01	2028	Corte de matos	
1; 2	277,01	2031	Corte de matos	
1; 2	277,01	2034	Corte de matos	

Quadro 16 – Programas de Operações Silvícolas Mínimas

C – Calendário de Operações

Plano de Gestão Florestal - Herdade dos Bilharins - Portel

Parcela	Povoamento
1	Sobreiro + Azinheira – Produção de Cortiça

2010	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
Instalação de povoamentos																										
Gradagem contínua	X				X																					
Marcação e Piquetagem	X																									
Ripagem	X																									
Armação em Vala e Cômoro	X																									
Plantação	X																									
Retanchar		X																								
Adubação (Instaladas)	X																									
Condução de povoamentos																										
Podas de formação de fuste (Adensamento)							X										X									
Podas de formação de copa (Adensamento)																						X				
Podas sanitárias				X										X												X
Desbaste (Adensamento)																		X								
Limpeza de envolventes		X				X				X				X				X				X				
Fertilização	X				X				X				X				X				X					X
Instalação de tremocilha					X																					
Aplicação de composto orgânico	X																									
Instalação de culturas melhoradoras do solo							X																			
Corte de matos c/ destroçador de correntes							X			X					X				X				X			
Tratamento contra agentes bióticos nocivos (a executar em função dos resultados da monitorização fitossanitária)							X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Monitorização fitossanitária					X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Abate de sobreiros mortos								X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Exploração																										
Extração de cortiça virgem																				X						
Extração de cortiça amadia	X						X	X			X						X	X			X					
Renovação da ZCT		X			X			X			X			X			X			X			X			
Ações de apoio à gestão da ZCT												X														
Medidas de defesa																										
Operações Silvícolas Mínimas (DFCI)	X			X			X			X			X			X			X			X				X
Instalação e beneficiação de infraestruturas																										
Beneficiação de infraestruturas	X				X				X				X				X				X					X

D – Anexos